

## Deficiência e Direitos Humanos: uma experiência acadêmica e política

*Sandra Leal de Melo Dahia<sup>1</sup>, Henrique Jorge Simões Bezerra<sup>2</sup>; Heitor Marinho da Silva Araújo<sup>3</sup>; Jadson Rodrigo Silva Gomes<sup>4</sup>; Gabriela Farias Nazário de Oliveira<sup>5</sup>*

**Resumo:** *O presente relato narra a experiência de um projeto de extensão, realizado no Curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior, com o objetivo de ampliar a compreensão do tema da deficiência sob a perspectiva dos Direitos Humanos. Utiliza como suportes teóricos o Modelo Social da Deficiência, que introduz uma nova concepção de deficiência, e a teoria psicológica Sócio-histórica, que compreende o humano como uma construção histórica e social. Esta é uma perspectiva crítica que entende a deficiência como um conceito socialmente produzido e que fornece fundamentos conceituais para a luta pela inclusão social dos deficientes. O desenvolvimento do projeto, baseado no aprofundamento de leituras afinadas com esta diretriz e o debate com representantes e militantes da categoria dos deficientes, convergiu para o engajamento político de seus participantes em favor do reconhecimento dos direitos dos deficientes.*

**Palavras-chave:** *Deficiência. Direitos humanos. Modelo social. Inclusão social. Construção social.*

**Área Temática:** *Direitos Humanos.*

### ***Disability and Human Rights: an academic and political experience***

**Abstract:** *This report narrates the experience of an extension project performed in the Psychology Course of a higher education institution aiming to expand understanding the theme of the disability under the perspective of the Human Rights. It uses as theoretical supports the Social Model of the Disability, which introduces a new conception of deficiency, and the social-historic psychological theory which comprises the human as a historical and social construction. This is a critical perspective which comprehends the disability as a socially produced concept and that provides conceptual fundamentals for the struggle for their social inclusion. The development of the project, based on the deepening of tuned readings with this guideline and the debate with representatives and militants of the class of disabled people, converged to the political engagement of their participants in favour of the recognition of the disabled people rights.*

**Keywords:** *Disability. Human rights. Social model. Social inclusion. Social construction.*

<sup>1</sup> Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus I - Lot. Cidade Universitária, João Pessoa - PB, 58051-900, +55 (83) 3216-7337, slmd@academico.ufpb.br.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>3</sup> Graduando em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.

<sup>4</sup> Graduando em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.

<sup>5</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.

## ***Discapacidad y derechos humanos: una experiencia académica y política***

**Resumen:** *Este informe narra la experiencia de un proyecto de extensión realizado en el Curso de Psicología de una institución de enseñanza superior con el objetivo de ampliar la comprensión de la discapacidad desde la perspectiva de los derechos humanos. Utiliza apoyos teóricos del Modelo Social de Discapacidad, que introduce una nueva concepción de la deficiencia, y la teoría psicológica histórico-social que comprende lo humano como construcción histórica y social. Esta es una perspectiva crítica que comprende la discapacidad como un concepto producido socialmente y proporciona fundamentos conceptuales para luchar por su inclusión social. El desarrollo del proyecto, basado en la profundización de las lecturas sintonizadas con esta guía y el debate con representantes y militantes de la clase de personas discapacitadas, convergió al compromiso político de sus participantes en favor del reconocimiento de los derechos de las personas discapacitadas.*

**Palabras clave:** *Discapacidad. Derechos humanos. Modelo social. Inclusión social. Construcción social.*

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é resultado do desenvolvimento de um projeto de extensão intitulado “Deficiência e Direitos Humanos” que, durante dois períodos letivos consecutivos, reuniu, prioritariamente, um pequeno grupo de docentes e estudantes do curso de Psicologia de uma instituição de Ensino Superior no Brasil para aprofundar estudos sobre a deficiência, tendo como eixo teórico o Modelo Social, além de tentar construir uma aproximação e articulação com projetos, entidades e órgãos voltados para o atendimento dos deficientes e de seus direitos, na cidade onde se situa a referida instituição. A principal força motivadora do projeto foi o desejo comum de contribuir para a construção de um espaço acadêmico no qual fosse possível a discussão teórica da deficiência a partir de uma concepção inclusiva e a inserção política de seus participantes na luta em favor dos direitos dos deficientes.

No âmbito da psicologia, campo disciplinar que originou o projeto, a base teórica que serviu de referência para abordagem e articulação com o tema foi a perspectiva sócio-histórica, considerando suas possibilidades críticas, fundamentadas numa concepção de realidade humana como construção histórica e social (BOCK, 2001).

O percurso não está encerrado, muito ao contrário, é do interesse de todos contribuir para a consolidação do projeto junto à comunidade universitária e, numa perspectiva futura, junto à sociedade em seu entorno, no sentido de se fazer reconhecer como lugar de referência para o estudo e o debate sobre a defesa dos direitos dos deficientes<sup>1</sup>.

### ***Deficiência: Um conceito socialmente construído***

A relação entre deficiência e Direitos Humanos vem se tornando progressivamente mais estreita no debate público. Muito desta aproximação se deve a atividade política dos deficientes e também a fertilidade de certas visões teóricas que têm revulsado o terreno discursivo em torno do tema. O modelo social da deficiência, elaborado nos anos 70, se destaca como uma abordagem que propõe uma nova compreensão para a deficiência, deslocando a inscrição do tema da esfera biomédica para a esfera política (DINIZ, 2007; DINIZ; BARBOSA; SANTOS,

2009). Isso significa entender a deficiência como resultado da relação entre o corpo com impedimentos e a sociedade, deixando a problemática da deficiência de ser vivida como um evento individual e natural para se tornar uma ocorrência mais ampla, de caráter social. A experiência da deficiência não se reduz apenas a um dado biológico, ela emerge como consequência de organizações sociais e políticas insensíveis à diversidade e de uma cultura da normalidade, erigida com base em um padrão médico de funcionamento da espécie e com base em um padrão de produtividade eleito por valores sociais específicos. Assim, no enfoque teórico do modelo social, a deficiência não se restringe ao corpo com impedimentos, mas à sua relação com um contexto objetivo e subjetivo excludentes (DINIZ, 2007; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

A crítica ao processo de naturalização do corpo com impedimentos como um corpo deficiente é o principal argumento teórico na luta contra a concepção opressiva subjacente ao modelo biomédico. Nesse sentido, a tese do corpo deficiente se aproxima de outras ideologias como o sexismo e o racismo, que oprimem o corpo por causa de noções como sexo e raça, respectivamente, evidenciando fortes pontos de tensão entre natureza e cultura. Constatar o corpo com impedimentos é circunscrever a discussão a uma ordem natural, mas considerar o corpo com impedimentos como um corpo deficiente é extrapolar tal universo e adentrar em uma dimensão complexa da cultura, cuja produção é eminentemente social e valorativa (Diniz, 2007).

A visão “naturalizadora” tem dominado também a área da Psicologia desde seu surgimento, descolando o fenômeno psicológico das condições sociais, econômicas e culturais que o engendram. A teoria sócio-histórica constitui uma perspectiva crítica em psicologia que apresenta grandes afinidades teóricas com a abordagem social da deficiência, tendo em vista que se funda em uma concepção complexa do humano. Ambas as visões teóricas concebem o homem como construído ao longo de um processo histórico e social, a partir de determinações múltiplas, e não como um evento exclusivamente orgânico e natural (BOCK, 2001). Tal perspectiva psicológica compreende que as características biológicas são condições necessárias, mas não suficientes para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, tipicamente humanas. O indivíduo humano precisa se apropriar da cultura, produzida pela sociedade ao longo da história, para alcançar seu pleno desenvolvimento humano. Ele integra uma ordem natural que, não obstante, é superada por uma ordem social. Interpretar o fenômeno psicológico como uma irrupção natural oculta sua produção social subjacente, congelando a realidade e reforçando discursos e práticas que inibem qualquer possibilidade de mudança (BOCK, 2001).

É por isso que a compreensão de deficiência na perspectiva do Modelo Social representa um avanço na conquista pela igualdade social entre deficientes e não deficientes, porque permite a elaboração de ações políticas que visem corrigir as desvantagens estabelecidas historicamente.

De acordo com o relatório mundial da deficiência, elaborado pela Organização Mundial da Saúde, comparadas às pessoas sem deficiência, os deficientes “apresentam piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação econômica menor, e taxas de pobreza mais elevadas” (OMS, 2012, p. 12).

Em grande medida, as causas destas desigualdades se relacionam a aspectos objetivos, como o acesso a serviços de saúde, educação, emprego, transporte, etc., bem como a outros de caráter simbólico, como o preconceito e a discriminação. Sem uma mudança nessas duas esferas, que enrede toda a sociedade, muitos corpos com impedimentos podem continuar vivendo sob o signo da deficiência. Até mesmo o silêncio dos não deficientes tem contribuído para a institucionalização social das desvantagens sofridas pela categoria dos deficientes, tornando os não deficientes beneficiários diretos desta ideologia e ocultando seu quinhão de responsabilidade no processo. A estratégia de valorização de discursos e práticas assistencialistas e caritativas, devotadas ao segmento dos deficientes, funciona, na verdade, como mecanismo psicossocial de defesa e disfarce contra a injustiça social que eles ajudam a promover. Uma psicologia crítica deverá deslindar estas estratégias sutis de legitimação da discriminação e exclusão social (BOCK, 2001).

O que os deficientes precisam e desejam é o mesmo que os não deficientes: ser reconhecidos como sujeitos de direitos, podendo gozar efetivamente de todos os direitos civis, políticos, econômicos e sociais, assegurados pela Declaração Universal de Direitos Humanos. A concepção de deficiência, subjacente ao Modelo Social da Deficiência, tem inspirado importantes documentos jurídicos internacionais, especificamente em favor dos deficientes, como é o caso da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (CDPD). A CDPD reitera a definição de pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (ONU, 2006, p. 27). Esta convenção representa um marco na história das conquistas políticas dos movimentos e organizações dos deficientes.

De acordo com Dhanda (2008), a CDPD estabeleceu uma mudança significativa na forma de encarar os direitos das pessoas com deficiência, principalmente a partir dos seguintes aspectos: a valorização do direito em detrimento do assistencialismo; a garantia da igualdade, baseada no reconhecimento da diferença, e o estabelecimento da compreensão da deficiência como parte integrante e legítima da experiência humana. A Convenção foi ratificada no Brasil em 2008 e ingressou em seu ordenamento jurídico com força constitucional. Constituiu a fundamentação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que foi sancionada em 2015. Tal lei, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trouxe conquistas para a proteção da dignidade da pessoa com deficiência e se tornou um dos mais importantes instrumentos de emancipação civil e social para este segmento da sociedade no Brasil (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2012).

## **OBJETIVOS**

O projeto teve como objetivos aprofundar estudos sobre a concepção da deficiência com base no Modelo Social, inscrevendo o tema no campo dos Direitos Humanos, para fornecer uma formação mais crítica

aos alunos do curso de Psicologia e de áreas afins, e construir uma articulação com projetos, entidades e órgãos voltados para o atendimento dos deficientes no sentido de promover seus direitos e sua inclusão social.

## **METODOLOGIA**

O projeto foi iniciado em agosto de 2017, com um pequeno grupo de dois docentes e seis estudantes de Psicologia organizados em torno de uma agenda de leituras e estudos sistemáticos do Modelo Social da Deficiência. A princípio, a ideia era apenas construir um espaço acadêmico onde fosse possível estudar e discutir o tema da deficiência a partir da abordagem social em intersecção com conteúdos oriundos da área da Psicologia. Tendo como referência um roteiro previamente organizado, as sessões de estudos e debates foram iniciadas e, logo, suscitaram outras demandas de leituras em virtude da emergência de dúvidas teóricas que se tangenciavam com a leitura proposta. Com base nisso, organizou-se uma biblioteca virtual com mais de 21 títulos, entre artigos e livros, que serviram de suporte para a formação teórica do grupo. Paralelamente as atividades de leituras, houve, no primeiro período do projeto, uma aproximação de órgãos e entidades de e para deficientes na cidade. Esta dimensão prática do projeto permitiu ao grupo, além de conhecer tais entidades e se fazer conhecido como núcleo constituído no ambiente da instituição universitária, estabelecer interlocuções com esses universos sobre o processo de apropriação das orientações teóricas emergentes sobre a deficiência. Foram realizadas visitas a seis entidades na cidade de João Pessoa, Paraíba.

No segundo período de desenvolvimento do projeto houve uma ampliação do seu quadro e do seu foco. Nesta fase, ocorreu um aumento do número de participantes extensionistas, entre estudantes de Psicologia, de Psicopedagogia, de Serviço Social e de Direito, além de profissionais de fora do campus universitário. Em virtude desta expansão do projeto, identificou-se também a necessidade de adoção de uma estratégia didático-pedagógica interdisciplinar. Assim, docentes universitários e profissionais deficientes ou militantes do segmento, atuantes na cidade, foram convidados para participar de conferências e mesas-redondas. Após apresentarem suas perspectivas, análises e pesquisas ou trabalhos desenvolvidos, dialogavam e discutiam com os extensionistas sobre a inter-relação entre o tema desenvolvido e os Direitos Humanos. Os extensionistas, por sua vez, conduziam seus estudos também a partir dos textos disponibilizados pelo projeto. Produziam, então, sínteses de seus posicionamentos, críticas e questionamentos, os quais serviam como fundamento para suas interlocuções no debate com os especialistas e militantes convidados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Desde o começo duas convicções norteavam e abriam o horizonte de reflexão e trabalho do projeto: a consideração da deficiência como uma experiência humana legítima, o que implicou a recusa peremptória de qualquer concessão a discursos e práticas comprometidos com a afirmação de um padrão inferior de direitos

para os deficientes; e a convicção progressiva, a partir das reflexões geradas pela experiência deficiente, de que o conceito de interdependência introduzia um novo paradigma de compreensão para o humano. Afirmar a interdependência como um valor humano mais satisfatório do que a independência significa assumir que a humanidade, para ser construída, requer auxílio e apoio social recíproco e isso, em nenhuma medida, representa reconhecimento de incapacidade. Embora tal necessidade possa aparecer de forma mais patente para os deficientes, a necessidade de apoio fica evidente em várias fases da vida como é o caso da infância, adolescência e velhice. Nesse contexto, o modelo da interdependência se torna mesmo revolucionário pois permite fazer emergir os meandros reais das relações sociais que nos constroem a todos, introduzindo o princípio da igualdade pela dependência (DHANDA, 2008). A mediação social é condição necessária para a própria construção do humano. A tendência em separar artificialmente diferentes níveis da realidade social como dimensão individual e dimensão social contribui, de modo significativo, para reforçar uma concepção natural e abstrata de homem. Essa visão de homem descontextualizada de suas causalidades históricas e sociais colabora com processos de opressão e exclusão social. Abordagens críticas não podem prescindir de investigações que submetam tais conteúdos à reflexão. Sob esse viés, os vários temas foram tratados nas conferências e mesas-redondas. O primeiro deles versou sobre Direitos e Deveres das Pessoas com Deficiência, tendo como foco o processo histórico de lutas, conquistas e perdas de direitos no cenário brasileiro e local. As Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência foram consideradas na segunda conferência, com ênfase na análise de projetos e políticas desenvolvidos, especificamente, na cidade sede do projeto. A terceira conferência problematizou o Acesso das Pessoas com Deficiência ao Ensino Superior, considerando os programas de inclusão e acessibilidade desenvolvidos em universidades brasileiras, e particularmente na Universidade Federal da Paraíba, onde se produziu o projeto. O tema Surdez, Cultura e Deficiência foi discutido em uma mesa-redonda na qual pesquisadores apresentaram as tensões entre as compreensões biomédicas e antropológicas da surdez, assim como seus respectivos desdobramentos para o desenvolvimento da pessoa e da comunidade surda.

A temática Acessibilidade foi trabalhada a partir das perspectivas da Arquitetura, da Computação e da Terapia Ocupacional. Na arquitetura, foi evidenciada a necessidade de pensar em ambientes inclusivos nos quais as configurações sejam criadas a partir das necessidades dos usuários, considerando a interação com o desenvolvimento físico, psíquico e social das pessoas. Na Computação foi apresentado um aplicativo de libras que funciona como ferramenta coadjuvante nos processos de inclusão e de comunicação com pessoas surdas. E, na Terapia Ocupacional, foram apresentadas pesquisas sobre a personalização de próteses e tecnologias assistivas para pessoas com deficiência, sendo colocada como prioritária a interação pessoa-artefato no processo de reabilitação. A última conferência refletiu sobre a Deficiência, Gênero e Preconceito, destacando a interseccionalidade das opressões vivenciadas pelas deficientes, particularmente a mulher deficiente física, e como essa dupla opressão repercute em sua vivência.

Os relatos em primeira pessoa imprimiram grande legitimidade aos conteúdos apresentados, reforçando o entendimento adotado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (CDPD) sobre a pertinência do protagonismo político dos deficientes em relação a todo e qualquer assunto, lei e prática que os impliquem. Também verificou-se que a nova legislação brasileira sobre direitos dos deficientes, no rastro das diretrizes propostas pela CDPD, tem provocado, mesmo que de forma tímida, mudanças na percepção social referente as necessidades desta minoria, muito embora, do ponto de vista da operacionalização destas mudanças, os resultados sejam menos efetivos.

## CONCLUSÕES

O projeto foi encerrado em junho de 2018. Não obstante as dificuldades enfrentadas na realização, sobretudo as barreiras de acessibilidade envolvendo os próprios extensionistas deficientes dentro do ambiente acadêmico, a experiência foi avaliada como muito positiva. Do ponto de vista da formação dos participantes, foi observado um avanço significativo, tendo em vista a oferta de recursos teóricos, conceituais e vivenciais que serviram de base para uma compreensão crítica sobre os direitos dos deficientes na perspectiva do Modelo Social. Através da construção de um espaço de debate comum, houve também uma aproximação da universidade, representada pelos promotores do projeto, com as entidades, associações e projetos voltados para os deficientes e seus direitos. As atividades de aprofundamento de estudos teóricos, assim como as conferências e mesas-redondas estimularam a reflexão e o debate interdisciplinar com pesquisadores e profissionais de diversas áreas do conhecimento. O projeto também propiciou maior visibilidade para o tema, ainda marginal na Academia. Finalmente, o estudo da deficiência sob a inscrição de Direitos Humanos, favoreceu a divulgação responsável dessa nova compreensão de deficiência e a reafirmação do compromisso com a promoção do respeito aos deficientes pela sua dignidade inerente.

### Notas:

<sup>1</sup> De acordo com teóricos da Modelo Social da Deficiência, o termo *deficiente* é considerado um termo politicamente mais forte do que *pessoa com deficiência* porque destaca a deficiência como parte constitutiva da identidade das pessoas e não como um apêndice (Diniz, 2007).

## REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Maria, GONÇALVES, Maria das Graças & FURTADO, Odair. (Orgs.) *Psicologia Socio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

DHANDA, Amita. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. *Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v.5, n. 8, p. 43-59, 2008.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. *Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v.16, n.11, p. 65-77, 2009.

DINIZ, Débora. (2007). *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano; TONELI, Maria Juracy. A Contribuição do Modelo Social da Deficiência à Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/ WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Relatório mundial sobre deficiência*. The World Bank. Trad. de Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012.

Submissão em: 03/09/2020. Aceito em: 25/11/2020.